



UNIVERSIDA ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE- CCBS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA- DEF

ANDERSON COSTA DE SOUSA

**ESPORTE NA EDUCAÇÃO INDÍGENA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO
ESTÁGIO SUPERVISIONADO III**

CAMPINA GRANDE - PB

2018

ANDERSON COSTA DE SOUSA

**ESPORTE NA EDUCAÇÃO INDÍGENA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO
ESTÁGIO SUPERVISIONADO III**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, em formato de relato de experiência, apresentado ao curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento as exigências para obtenção do grau de Licenciado em Educação Física.

Orientadora: Prof. Dr^a Regimênia Maria Braga de Carvalho.

CAMPINA GRANDE - PB

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S725e Sousa, Anderson Costa de.
Esporte na educação indígena [manuscrito] : relato de experiência do estágio supervisionado III / Anderson Costa de Sousa. - 2018.
30 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2018.

"Orientação : Profa. Dra. Regimélia Maria Braga de Carvalho, Departamento de Educação Física - CCBS."

1. Esporte. 2. Educação indígena. 3. Tribos Potiguaras.

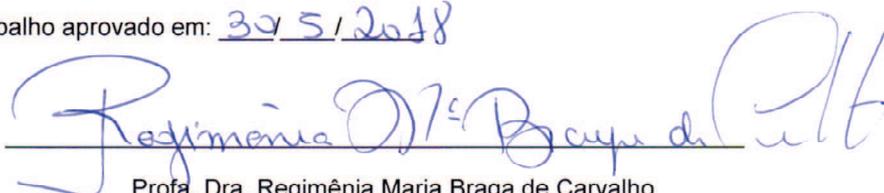
21. ed. CDD 372.86

ANDERSON COSTA DE SOUSA

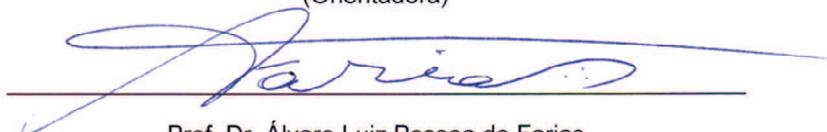
**ESPORTE NA EDUCAÇÃO INDÍGENA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO
ESTÁGIO SUPERVISIONADO III**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
em formato de Relato de experiência
apresentado ao Departamento de
Educação Física, como critério para
obtenção do Título de Licenciatura Plena
em Educação Física.

Trabalho aprovado em: 30/5/2018



Profa. Dra. Regimênia Maria Braga de Carvalho
DEF/UEPB
(Orientadora)



Prof. Dr. Álvaro Luiz Pessoa de Farias
DEF/UEPB
(Examinador)



Prof. Dra. Dóris Nóbrega de Andrade Laurentino
DEF/UEPB
(Examinadora)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me ajudou e capacitou para que eu pudesse passar por todos os obstáculos que encontrei para chegar até aqui;

À minha mãe, Ana Lúcia pelo amor, conselhos, paciência, pela formação e ensinamentos para a vida;

Ao meu pai Josemar (in memoriam) que infelizmente não está aqui acompanhando essa minha realização, mas o pouco tempo que teve pra me ensinar algo da vida, soube fazer isso, justificando eu estar aqui hoje.

À minha avó Elita Maria que me deu forças pra persistir e que sempre tive em mente que podia contar com ela nos momentos mais difíceis.

Às minhas irmãs, Aline e Alanna, que estiveram sempre ao meu lado.

À menina que Deus colocou na minha vida nesses últimos meses, minha namorada Fernanda, pelo amor, companheirismo, amizade e principalmente por me incentivar todo dia a seguir meu sonho, sempre do meu lado em todos os problemas. Obrigado!

À minha orientadora, professora Regimênia Maria, pelos ensinamentos, oportunidade, orientação e confiança na realização deste trabalho. Muito obrigado!

À Universidade Estadual da Paraíba e ao corpo docente do departamento de Educação Física, que ao longo desses anos de aprendizado, contribuíram para a minha formação.

Aos meus amigos do “chega pra resenha” (Renan, Gnaldo, Daniel, Matheus, Allif e Dário) que sempre estavam presentes nos trabalhos e nas brincadeiras do dia a dia. Agradeço pela amizade durante todos esses anos, pelos conselhos trocados, as festas curtidas e os estresses compartilhados. Nós construímos juntos um sonho que hoje se torna realidade.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação acadêmica, me ajudando de alguma forma em algum momento que precisei.

Obrigado!

RESUMO

Este trabalho surge a partir de uma experiência pedagógica realizada durante as aulas de Educação Física, por intermédio de um estágio supervisionado, ocorrido no período de 2017.2 e realizado na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Akajutibiró, situada no município paraibano de Baía da Traição. Tal estágio, especificamente o estágio III, entra como componente de fundamental importância para que na prática do mesmo o estagiário consiga adquirir experiência, conhecer e aprender a respeitar novas culturas e se acostumar com o dia a dia de uma profissão ao qual ele escolheu exercer. Teve como objetivo acrescentar o esporte na escola, buscando com isso esportes que viessem da cultura indígena para então conseguir deixar um conhecimento para os alunos e fazer com que os mesmos valorizassem mais sua própria cultura, pois em apenas uma pequena observação notou-se que estão passando por uma fase de aculturação. Viu-se que o estágio foi desenvolvido com êxito e conseguiu cumprir com seus objetivos, atendendo às expectativas tanto de nós estagiários como dos alunos e direcionando os mesmos a uma atividade prazerosa, deixando para nós a certeza da importância das aulas de Educação física para desenvolvimento como um todo das crianças e adolescentes.

PALAVRAS CHAVE: Esporte. Educação Indígena. Tribos Potiguaras.

ABSTRACT

This work is based on a pedagogical experience carried out during Physical Education classes, through a supervised internship, held in the period of 2017.2 and carried out at the Akajutibiró State School of Elementary and Middle Education, located in the municipality of Bay of Treason. This stage, specifically stage III, enters as a component of fundamental importance so that in the practice of the same the trainee can gain experience, know and learn to respect new cultures and become accustomed to the day to day of a profession to which he chose to exercise. It aimed to add the sport in the school, seeking with it sports that came from the indigenous culture so as to be able to leave a knowledge for the students and make them to value their own culture more, for in just a small note notice that they are passing through an acculturation phase. At the end he noted that the internship was successfully developed and was able to fulfill its objectives, meeting the expectations of both interns and students and directing them to a pleasurable activity, leaving us with the certainty of the importance of Physical Education classes for development as a whole of children.

KEY WORDS: Sport. Indigenous Education. Potiguaras Tribe.

LISTA DE TABELAS

Tabela - População indígena na Baía da Traição	13
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Estágio supervisionado	10
2.2 Baía da Traição	11
2.3 Os índios Potiguaras	13
2.4 Educação Escolar Indígena.....	17
3 RELATO DO ESTÁGIO	22
3.1 O Estágio	22
3.2 Caracterização escolar e primeiro contato.....	22
3.3 Aulas ministradas	24
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS.....	28
APÊNDICES	30

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho busca primeiramente evidenciar a importância do componente curricular de Estágio Supervisionado Obrigatório dos cursos de Licenciatura, em especial do curso de Educação Física, sendo no estágio o momento certo para o aluno estagiário buscar estratégias para unir a teoria e a prática de forma correta em suas aulas, estratégias essas que vão ser suas ferramentas de trabalho na profissão de educador. O estágio supervisionado torna-se imprescindível no processo de formação docente, pois oferece condições aos futuros educadores, em específico aos estudantes da graduação, uma relação próxima com o ambiente que envolve o cotidiano de um professor e, a partir desta experiência os acadêmicos começarão a se compreenderem como futuros professores, pela primeira vez encarando o desafio de conviver, falar e ouvir, com linguagens e saberes distintos do seu meio, mais acessível à criança. (PIMENTA, 1997).

O estágio supervisionado teve como foco a educação indígena escolar, tendo como nosso objetivo implementar o esporte na escola, sendo alguns de origem indígena, buscando a recuperação e reconhecimento da cultura deles para os próprios alunos, onde perguntados no primeiro encontro demonstraram pouco saber desse assunto. Para isso foi preciso pesquisar alguns jogos indígenas e também toda a história dos índios do nosso estado, sabendo que os mesmos são da tribo Potiguara e ocupam uma área de mais de 30.000 hectares, distribuídos em três municípios: Marcação, Baía da Traição e Rio Tinto.

O município escolhido para a realização do estágio foi Baía da Traição que tem 90% de sua área composta por áreas indígenas do povo Potiguara e segundo a história é um dos núcleos de povoamento europeu mais antigos da Paraíba, onde foi palco de inúmeros conflitos, desde o tempo da colonização, entre os nativos e os colonizadores, tais conflitos que quase levaram a extinção do seu povo, como fala Oliveira (1995, p. 80) onde cita que a “extinção dos povos e culturas indígenas nunca foi um processo natural, mas apenas o resultado da compulsão das elites colonizadoras em instituir a homogeneidade, ou seja, apagando ou abolindo as diferenças.”

A tribo Potiguara é o único povo indígena oficialmente reconhecido no estado da Paraíba, sendo um dos poucos exemplos de povos indígenas que continuaram nas suas terras e conseguiram que suas tradições culturais, sua etnia e suas tradições religiosas fossem relativamente preservadas, mesmo com toda interferência de outros desde o tempo da colonização, onde durante essa formação do Brasil, não só eles mas todos os índios sofreram com epidemias trazidas pelos portugueses, com as dizimações e com os conflitos onde

tiveram que mostrar resistência em busca de tentar evitar o extermínio de suas terras e de sua cultura. Para tanto Barcellos (2010, p. 08) afirma que as terras de Baía da Traição são conhecidas como “o coração do território do povo Potiguara, conhecida também como Acajutibiró, nome indígena com significado de terra do caju azedo.”

Baía da Traição possui várias aldeias indígenas, entre elas a Akajutibiro, aldeia ao qual pertence a escola indígena escolhida para o estágio, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Akajutibiro oferece o ensino desde a educação infantil, ensino fundamental, médio até mesmo a educação de jovens e adultos (EJA), todo o ensino voltado para a população indígena, contando com professores e gestores também índios da mesma aldeia, onde nos deram total liberdade para executarmos nosso estágio e nosso projeto de intervenção, cabendo a nós estudarmos sobre o fato de como se forma uma escola indígena, como se forma uma educação indígena, para então conseguir êxito no objetivo proposto e na intervenção, ou seja, para não passarmos apenas por passar, sem aprender nada e sem deixar nenhum conhecimento para os alunos.

Essa educação escolar indígena passou durante os anos por várias mudanças, onde os índios sempre buscaram e acabaram enfim conseguindo uma educação que busca-se a valorização das línguas e culturas indígenas e a manutenção de suas diferenças étnicas, sendo ela bilíngue e intercultural. Tendo nessa escola diferenciada a liberdade de cada comunidade indígena definir seus projetos pedagógicos e curriculares, como cita as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena, do Ministério da Educação (1994, p. 01) quando se fala que “ As escolas indígenas deverão ser específicas e diferenciadas, ou seja, as características de cada escola, em cada comunidade, só poderão surgir do diálogo, do envolvimento e do compromisso dos respectivos grupos indígenas, como agentes e coautores de todo o processo.”

Desta forma sobre o estágio podemos acrescentar segundo Tardif (2002) que a profissão de um professor se constrói tendo quatro pilares como base que são: os saberes da formação profissional, os saberes disciplinares, os saberes curriculares e os saberes experienciais que são construídos no decorrer do seu cotidiano.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Estágio supervisionado

Para ser professor é preciso vivenciar a escola, vivenciar a sala de aula, saber usufruir do contato com os alunos, saber planejar e elaborar as aulas, entre outros detalhes que encaixados o tornam um bom profissional, e é nesse buscar de um bom profissional que entra a importância do estágio supervisionado, estágio esse que não se confunde com o chamado primeiro emprego. O estágio supervisionado é antes de tudo, uma atividade curricular da universidade, uma ação educativa assumida intencionalmente pela universidade, para propiciar uma aproximação dos estudantes com a realidade do mundo do trabalho ao qual ele escolheu.

[...] uma atividade que pode trazer imensos benefícios para a aprendizagem, para a melhoria do ensino e para o estagiário, no que diz respeito à sua formação, certamente trará resultados positivos, além de estes tornarem-se ainda mais importantes quando se tem consciência de que a maior beneficiada nesse processo será a sociedade e, em especial, a comunidade a que se destinam os profissionais egressos da Universidade (TRACZ; DIAS, 2006, p.2).

O Estágio Curricular Supervisionado, é totalmente indispensável na formação de docentes nos cursos de licenciatura onde se torna um processo de aprendizagem necessário a um profissional que deseja realmente estar preparado para enfrentar os desafios de uma carreira profissional e deve acontecer durante todo o curso de formação acadêmica, no qual os estudantes são incentivados a conhecerem espaços educativos diferentes, entrando em contato com a realidade sociocultural da população como também da instituição. O processo de formação do professor é contínuo, inicia-se antes mesmo do curso de graduação, nas interações com os atores que fizeram e fazem parte de sua formação. E este processo sofre influência dos acontecimentos históricos, políticos, culturais, possibilitando novos modos de pensar e diferentes maneiras de agir perante a realidade que o professor está inserido (PASSERINI, 2007, p.18).

Em relação à preparação da realização da prática em sala de aula, o estágio se encontra como uma possibilidade de fazer a práxis, uma relação entre teoria e prática, conhecendo assim a realidade da profissão que optou para desempenhar, pois quando o acadêmico tem contato com as atividades que o estágio lhe proporciona, inicia a compreensão daquilo que tem estudado e começa a fazer a relação com o dia a dia do seu trabalho. Além disso, o aprendizado obtido através da experiência é muito mais eficiente, tanto é que se torna mais comum ao estagiário lembrar-se de atividades durante o percurso do seu estágio do que das

atividades que realizou em sala de aula enquanto aluno. Vale ressaltar que esse componente possui seus pontos negativos, é possível perceber algumas dificuldades durante a realização do estágio para os indivíduos que ainda não exercem o magistério, dificuldades essas que estão ligadas aos problemas relacionados com a falta de organização escolar, ausência de recursos e materiais didáticos, ausência de uma estrutura adequada, desinteresse por parte do alunado entre outros, como fala Pimenta et.al (2008, p. 103) quando cita que um dos primeiros impactos é o susto diante da real condição das escolas e as contradições entre o escrito e o vivido, o dito pelos discursos oficiais e o que realmente acontece. Em relatórios de estágios, a primeira revelação de muitos alunos é sobre o pânico, a desorientação e a impotência no convívio com o espaço escolar.

Cabe ao estudante perceber no estágio uma oportunidade única e realizá-lo com determinação, comprometimento e responsabilidade, seria apenas um desgaste físico e mental caso não houvesse interesse do mesmo em aprender e preparar-se para sua futura profissão, cabe a ele compreender que a educação é responsável pela transformação e desenvolvimento social do aluno em si, e por isso a necessidade e a importância do futuro professor estar abraçando o projeto ao qual vai estar exigindo dele uma entrega de corpo e alma. É portanto, o Estágio, uma importante parte integradora do currículo, a parte em que o licenciando vai assumir pela primeira vez a sua identidade profissional e sentir na pele o compromisso com o aluno, com sua família, com sua comunidade com a instituição escolar, que representa sua inclusão civilizatória, com a produção conjunta de significados em sala de aula, com a democracia, com o sentido de profissionalismo que implique competência - fazer bem o que lhe compete (ANDRADE, 2005, p. 2).

2.2 Baía da Traição

O município de Baía da Traição localizado no litoral da Paraíba à cerca de 90 quilômetros da capital João Pessoa, tem cerca de 90 % de sua área composta por reservas indígenas dos povos Potiguaras, população indígena natural da região e dono dessas vastas áreas, entre Paraíba e Rio Grande do Norte. A Baía da Traição é um dos núcleos de povoamento europeu mais antigos da Paraíba, durante as primeiras décadas do século XVI, o litoral paraibano era muito frequentado pelos franceses, visando o tráfico do pau-brasil, abundante na região, onde os franceses conseguiram a amizade e a confiança dos potiguaras, justamente por incentivá-los na luta contra os portugueses, vistos por eles como um inimigo e invasor de suas terras, essa aliança franco-indígena dificultou a ação colonizadora dos portugueses, causando grandes conflitos e motivando a ida àquela praia no ano de 1585, do

português Martim Leitão que chegando à baía com seus homens encontrou uma feitoria e um forte, construídos pelos franceses, começando assim um intenso combate, onde no fim os próprios portugueses terminaram como vencedores.

Em 1599, depois de 25 anos de luta, onde milhares de índios acabaram perdendo a vida, houve a pacificação dos potiguaras, o que fez com que a Capitania Real da Paraíba entrasse em pleno desenvolvimento, efetuando assim a consolidação da conquista e dando início o seu povoamento, sendo formado por colonos portugueses e nativos que se dedicaram às atividades agrícolas e pesqueiras. A liderança dos portugueses duraria até junho de 1625, o ano em que a baía até então conhecida como Akajutibiró mudou de nome e entrou para a história, nesse ano, quando a esquadra holandesa desembarcou na Baía da Traição, os Potiguaras vivendo sob o domínio português acabaram os recebendo e oferecendo seus serviços amigavelmente, serviços prestados aos 34 navios da esquadra e seus mais de 600 tripulantes, essa ocupação holandesa obrigou a fuga dos colonizadores e portugueses que moravam na região, ao qual fugiram para as matas e de lá seguiram para a sede da capitania.

Essa hospitalidade e ajuda aos holandeses acabou sendo visto pelos portugueses como uma traição e os potiguaras pagaram caro por isso, sendo essa a causa dos muitos massacres dos índios Potiguaras, inclusive velhos e crianças, ocorridos naquele período, alguns que conseguiram sobreviver, fugiram para a Serra da Copaoba ou para o Rio Grande do Norte, outros se juntaram aos holandeses e conseguiram embarcar na esquadra de volta para à Holanda, ou seja, tiveram que simplesmente escolher entre lutar pelas suas terras até a morte ou fugir e sobreviver. Com isso vemos que essas terras foram marcadas por batalhas que duraram até a sua emancipação.

A Emancipação Política do município tem um fato curioso, pois a Baía da Traição tornou-se município por três vezes, a primeira vez após o ano de 1762, permanecendo nessa condição até 1840, quando foi extinto e incorporado a Mamanguape, a segunda vez ocorreu em 1879, quando emancipado, não teve condições de subsistir, havendo nova incorporação e a terceira emancipação, essa definitiva, se processou através da Lei 2. 748, datada de 2 de janeiro de 1962. Atualmente conta com uma população estimada em 9.070 pessoas, com uma área de 102,242 km² e uma economia subsidiada pela pesca, agricultura e o turismo que vem se expandindo durante os anos.

No município de Baía da Traição, está localizada algumas das aldeias indígenas, que integram a Terra Indígena Potiguara, estas aldeias estão sob a jurisdição da Fundação Nacional do Índio, órgão federal criado pela lei 5 371, de 5 de dezembro de 1967, em substituição ao antigo Serviço de Proteção ao Índio. De acordo com o censo da Fundação

Nacional de Saúde (Funasa, 2011) o município possui 12 aldeias com uma população de 6.006 indígenas distribuídos entre elas.

Tabela 1: População indígena na Baía

Nº	ALDEIA	TOTAL DE PESSOAS
01	Acajútibiró	351
02	Bento	49
03	Cumaru	275
04	Forte	518
05	Galego	636
06	Lagoa do Mato	71
07	Laranjeira	215
08	Santa Rita	194
09	São Francisco	931
10	São Miguel	924
11	Silva	207
12	Traíçoira	163
*	Indígenas desaldeiados	1.472
TOTAL GERAL		6.006

Fonte: Funasa, 2011.

2.3 Os índios Potiguaras

Um Povo guerreiro, sendo o único povo indígena oficialmente reconhecido no estado da Paraíba, estado esse que possui 29 aldeias potiguaras, cada aldeia possuindo um cacique e a reserva como um todo, é comandada por um Cacique Geral. Com uma população acima de 20.282,00 índios, distribuídos nos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, a reserva dos Potiguaras tem 33.757 hectares sendo distribuídas da seguinte forma (Terra Indígena Potiguara - 21.238 hectares; Terra Indígena Jacaré de São Domingos - 5.032 hectares e Terra Indígena Potiguara de Monte-Mor - 7.487 hectares), fazem parte dos povos da família linguística Tupi-Guarani e vivem dois extremos opostos da história política local, de um lado os Potiguara de Baía da Traição que tiveram sua presença oficializada na década de 1930 do século XX e do outro lado, os Potiguara de Monte-Mór, que foram reconhecidos apenas no início do século XXI, mas que ainda sofrem atualmente com perseguições e violências dos invasores.

Potiguara era a denominação dos índios que no Século XVI habitavam o litoral do Nordeste do Brasil, aproximadamente entre as atuais cidades de João Pessoa, na Paraíba, e São Luís, no Maranhão. Seus últimos remanescentes vivem atualmente nos municípios de Baía da Traição e Rio Tinto, no litoral setentrional da Paraíba. Variantes do nome, nos documentos históricos, são: Potygoar, Potyuara, Pitiguara, Pitagoar, Petigoar, entre outros. Não há acordo sobre o significado do nome, que geralmente é traduzido como 'pescadores de camarão' ou 'comedores de camarão'. (MOONE, 2008, p.3).

Os Potiguaras constituem um grande exemplo de luta e batalhas entre os povos indígenas no Nordeste brasileiro, eram os primeiros habitantes do litoral da Paraíba na época do descobrimento do Brasil, onde viviam desde a foz do Rio Paraíba até as terras de Acajútibiró (hoje baía da traição), terras para leste subindo o rio Mamanguape até a serra do Copaoba e também parte do vizinho estado do Rio Grande do Norte, ou seja, sua história de contato com a sociedade não indígena começa desde o início da colonização e estima-se que sua população chegava a cem mil pessoas até a chegada dos portugueses em 1500. No começo os conflitos eram raros, mas com o tempo eles foram sentindo que a sua estrutura e o usufruto das suas terras estavam ameaçados com a chegada dos estranhos, com isso se deu início as suas reações.

Eram guerreiros muito ferozes que mantinham o hábito de após as batalhas assar e comer os inimigos capturados, o que aterrorizou logo de início os portugueses assim que chegaram, povo esse que foram os que tiveram mais conflitos com os Potiguaras, onde ao longo dos séculos 16 e 17 resistiram ao projeto de colonização lusitano, aliando-se primeiro aos franceses e depois aos holandeses, tais países que também aportaram na costa paraibana, e diferente dos portugueses conseguiram uma boa relação com os indígenas, até porque esses mantinham apenas uma relação mercantilista com os nativos. Ao contrário disso, odiavam os portugueses pelo fato da exploração do seu povo, como por exemplo na produção do açúcar no Nordeste, onde era a principal fonte econômica da colônia naquela época e exigia muita mão de obra escrava, com isso os portugueses acabavam aprisionando os indígenas para suprir a falta de escravos. Como fala Ribeiro (2001, p.71), “os índios eram vistos como peso morto que tinham terras virgens, um empecilho para ao progresso e a urbanidade”, em mundos de ideias completamente diferentes, os conflitos entre portugueses e indígenas era inevitável e nesses conflitos acabaram quase exterminados por sucessivos ataques.

Os Potiguaras formaram uma muralha ao longo do litoral, impedindo o avanço dos invasores em direção ao interior da Paraíba e, conseqüentemente, do Brasil, é um dos poucos exemplos de povos indígenas que se fixaram na “mãe terra” e conseguiram que sua etnia e suas tradições culturais e religiosas fossem relativamente preservadas, mesmo com toda imponência do invasor (BARCELLOS, 2010, p.01). Ofereceram uma grande resistência, pois

eram acostumados a confrontos com outras tribos, mas dessa vez era diferente, sofreram com os então desconhecidos equipamentos de guerra trazido pelos portugueses. Os índios guerreavam entre si com arcos e flechas, enquanto que os portugueses já utilizavam navios, pólvora e armas de fogo que eram capazes de destruir aldeias completas (GONZALES, LIMA 2012, p. 10).

No início do século XX, mesmo sem a homologação das demarcações, os Potiguaras já viviam relativamente estabilizados em suas terras, foi quando seu território foi mais uma vez invadido por brancos. Primeiramente, com a construção da Companhia de Tecidos Rio Tinto, localizada as margens do Rio Mamanguape, onde teve a ocorrência de grandes desmatamentos, e na década de setenta a cana-de-açúcar, a grande protagonista no século XVII, voltaria a ser cobiçada de novo, dessa vez como monocultura das usinas de álcool, invadindo e cercado de canaviais as terras dos nativos.

A partir dos anos oitenta, com as mobilizações indígenas no Brasil, as novas possibilidades legais a partir da Constituição de 1988, a atuação da FUNAI, a falência da Companhia de Tecidos Rio Tinto, o apoio de alguns setores da Universidade e diversos outros fatores contribuíram para a reorganização, mobilização e articulação do Povo Potiguara, ou seja, os Potiguaras, fizeram valer seu espírito guerreiro do passado e foram à luta pelos seus direitos, dessa vez sem usar armas ou qualquer material de batalha e sim usando apenas argumentos e convicções em busca de sua própria organização e reconhecimento, sendo que a batalha por justiça no entanto, continua, pois a Terra Indígena Potiguara de Monte-Mor com 7.487 hectares ainda precisa ser homologada, e os índios ainda lutam pra recuperar essas áreas tomadas pela indústria têxtil e por algumas usinas de açúcar. O povo Potiguara protagonizou um processo de emergência étnica no qual começaram a se mobilizar reivindicando seus direitos, contrariando o imaginário coletivo dominante de negação da presença do índio na história da constituição do povo brasileiro (NASCIMENTO e BARCELLOS, 2011, p. 11).

Grande parte das aldeias Potiguara se encontram localizadas próxima aos rios, riachos ou córregos, o que possibilita o desenvolvimento de uma economia doméstica baseada na lavoura, na pesca, na coleta de crustáceos e moluscos, na criação de animais em pequena escala e no extrativismo vegetal.

Agricultura: Desenvolvem uma agricultura de subsistência de culturas como o milho, macaxeira, feijão, mandioca e inhame, utilizando dois tipos de terrenos: os chamados de ariscos, terrenos mais elevados que em geral são pedregosos com vegetação rasteira, se caracterizando pelo solo argiloso, o chamado massapê, potencializando o cultivo da cana-de-

açúcar, produto agrícola importante na economia da região e fonte de intensos conflitos envolvendo índios e usineiros da região, planta-se também a mandioca, que é outro importante produto da região.

Outro tipo de terreno utilizado é o paúl, trata-se de terras mais férteis, que são cultivadas durante anos até o solo ser esgotado, são terras úmidas nas várzeas dos riachos que cortam a área, planta-se nele apenas uma vez por ano, sendo essa época no início do verão, também no paúl assim como nos ariscos planta-se mandioca, milho, feijão e bananeiras.

Pesca: A pesca fluvial se tornou uma atividade pouco utilizada pelos índios nos últimos anos; Como fala Moonen (2008, p.16), “Mas os Potiguara não fabricam mais canoas (e menos ainda jangadas, se é que algum dia o fizeram) e só uns poucos pescam com linha e anzol, mais como esporte do que como atividade econômica”.

Nas proximidades dos cursos de água que recebem influência das marés são formados os mangues, onde as atividades pesqueiras se intensificam, atraindo inclusive pessoas de outras aldeias em busca de apanhar caranguejos, tanto para consumo próprio como para venda a terceiros dentro da área indígena; Outra atividade econômica com enorme potencial é a construção de viveiros de camarões, essa criação fez com que nos últimos anos o curso dos rios sofressem algumas intervenções.

Outras atividades: Outro espaço produtivo são os terreiros e os sítios, que simplesmente são áreas localizadas ao redor das casas onde são cultivadas temperos, plantas medicinais, fruteiras e ocasionalmente lavouras, são também criados pequenos animais comuns entre os nordestinos como: porcos, cabras e galinhas, animais considerados a riqueza do pobre justamente por ser um tipo de porto seguro para os dias difíceis, entrando na questão dessas criações se nota que estão sumindo ou diminuindo, por problemas do próprio grupo, como descreve Moonen (2008, p.16), “Galinhas são de fácil criação, mas igualmente de fácil desaparecimento. Devido aos frequentes roubos, muitos simplesmente desistiram da criação de galinhas, para evitar problemas dentro do grupo. Mesmo estas 'riquezas do pobre' faltam, portanto, em muitas casas potiguara, agravando ainda mais a já precária situação econômica.”

As atividades de caça e de coleta são realizadas em áreas denominadas de mato onde não há nem sítios nem roçados, do mesmo modo que nos mangues, o uso é comum e o aproveitamento é feito por todos, sendo realizada a caça de pequenos animais e a coleta de mangaba e castanha, destas áreas os Potiguara utilizam a madeira para lenha, a palha para o artesanato.

2.4 Educação Escolar Indígena

Antes de tudo é preciso saber diferenciar a educação indígena para a educação escolar indígena, ou seja, a educação indígena vai ser aquela que é repassada de pai para filho durante a infância do mesmo, tais ensinamentos como: pescar no mar, no rio, a caça de animais, fala das lendas e outros; Já as meninas no geral ensinadas pelas mães a preparar a comida e a parte do artesanato como: colar, pulseira e anel. Diferente do termo educação escolar indígena, que já se trata do ambiente escolar, onde a criança vai para a escola para aprender a ler, escrever, vivenciar sua cultura e aprender também o saber universal, cabendo a essa escola oferecer uma educação específica e diferenciada, onde a parte específica se encontra na abordagem do contexto sociocultural de cada povo e de cada localidade e a parte diferenciada porque diferente da escola convencional, vai ser gestada de acordo com a comunidade, ajustando-se às necessidades sinalizadas pela mesma.

A implementação dos projetos escolares para os índios no Brasil é praticamente tão antiga quanto a chegada das primeiras pessoas coloniais em nosso chão, a submissão política das populações nativas, a invasão de suas áreas, a destruição de suas riquezas e outros fatores tem sido, desde o século XVI, o resultado de práticas que só fizeram aliar métodos de controle político a algum tipo de atividade escolar civilizatória, onde os missionários, que foram os primeiros encarregados dessa tarefa, desenvolveram todo um plano gerado de muita reflexão e esforço para conseguir seus objetivos, sendo assim o colonialismo, o proselitismo religioso e a Educação Indígena práticas que tem no Brasil a mesma origem e mais ou menos a mesma idade.

Como visto no período colonial, a Educação Indígena permaneceu a cargo de missionários católicos da Coroa Portuguesa onde a missão incluía entre seus objetivos o de converter os nativos à fé cristã e nesse processo de catequização, os missionários jesuítas procuraram antes se aproximar dos indígenas, para conquistar sua confiança e também em busca de aprender suas línguas, percorriam as aldeias em busca principalmente das crianças com intuídos principais de ensinar os índios a ler, escrever e contar, bem como lhes batizar a doutrina cristã. Mas esses ensinamentos novos e distantes da realidade dos nativos, não produziram mudanças no seu modo de vida, da forma rápida e fácil que os portugueses esperavam, pois bastava que os índios voltassem ao convívio com outros que acabavam retornando aos seus costumes e crenças, até mesmo aqueles que já eram batizados.

A escola entrou na comunidade indígena como um corpo estranho, que ninguém conhecia. Quem a estava colocando sabia o que queria, mas os índios não sabiam, hoje os índios ainda não sabem para que serve a escola. E esse é o problema. A escola entra na comunidade e se apossa dela, tornando-se dona da comunidade, e não a comunidade dona da escola. Agora, nós índios, estamos começando a discutir a questão (KAINGANG apud FREIRE, 2004, p.28).

No começo da fase da República, não teve mudança significativa no que diz respeito à Educação Escolar Indígena, mais uma vez se observava a inércia do Estado e o grande número de missões religiosas encarregadas da tarefa educacional civilizatória, o que nos faz ver que desde a chegada das primeiras caravelas até meados do século XX, a história da Educação Escolar Indígena foi marcada por duas palavrinhas "catequizar" e "civilizar". Procurando afastar a Igreja Católica da catequese indígena, seguindo a diretriz republicana de separação Igreja-Estado foi criado em 20 de junho de 1910 o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) tendo como objetivo prestar assistência a todos os índios do território nacional e transformar o índio num trabalhador nacional, para isso, seriam empregados métodos e técnicas educacionais controlando esse processo, baseado em mecanismos de nacionalização dos povos indígenas. O serviço tinha como finalidades: a) estabelecer de uma convivência pacífica com os índios; b) garantir a sobrevivência física dos povos indígenas; c) estimular os índios a adotarem gradualmente hábitos "civilizados"; d) influir "amistosamente" na vida indígena; e) fixar o índio à terra; f) contribuir para o povoamento do interior do Brasil; g) possibilitar o acesso e a produção de bens econômicos nas terras dos índios; h) empregar a força de trabalho indígena no aumento da produtividade agrícola; i) fortalecer as iniciativas cívicas e o sentimento indígena de pertencer à nação brasileira (LIMA, 1987).

As principais iniciativas do SPI desde sua criação estavam voltadas para a sedentarização e pacificação de grupos indígenas em áreas de colonização recente, os inspetores do órgão tinham os primeiros contatos com os índios, mantendo atitudes defensivas até estabelecer amizade com eles e consolidar a pacificação. A partir de então, era estabelecida uma negociação com os governos estaduais na tentativa de garantir uma reserva de terras para a sobrevivência física dos índios e assim de forma progressiva, introduziam atividades educacionais voltadas para a produção econômica. Mas muitas vezes a ação do SPI foi marcada por contradições, pois tinha por objetivo respeitar a cultura e as terras indígenas, mas agia transferindo índios e liberando territórios indígenas para colonização, impondo uma pedagogia que alterava todo o sistema produtivo indígena.

A categorização de índios e terras visava à sua transformação em trabalhadores ou pequenos produtores rurais, o índio seria um ser transitório e os procedimentos pedagógicos para que isso pode-se ocorrer seriam desenvolvidos no âmbito dos postos indígenas, no

aprendizado escolar formal nas escolas dos postos ou através do ensino prático nas oficinas mecânicas que tinha como exemplo a casa de farinha, engenho de cana e outros. Tal processo pedagógico envolvia cultos cívicos, técnicas da pecuária, aprendizado de trabalhos manuais, novas práticas agrícolas, como também novos cuidados corporais, como o uso de vestimentas e o ensino de práticas higiênicas.

Em todo o Brasil, mas exatamente em 1967, começa a haver denúncias de abusos de chefes de postos na exploração do trabalho de indígenas e no estabelecimento de alianças com políticos locais, buscando obter alguma autonomia financeira e foi nesse contexto que o SPI acabou sendo extinto e a política indigenista do país passa a ser realizada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Essa mudança teve como principal diferença quando se fala no âmbito da educação, na questão das línguas, onde pela FUNAI se passou a ter um foco mais amplo e respeitador, enquanto as escolas do SPI utilizavam apenas a língua portuguesa, desestimulando e até proibindo o uso de línguas nativas, para Monte (2000, p. 13), “Esse tipo de educação, entre outras práticas sociais de igual violência simbólica, provocou a rejeição e a resistência dos índios e levou à perda de línguas e de muitos aspectos importantes da cultura.” Também assinala Freire (2004, p. 23):

Quando a escola foi implantada em área indígena, as línguas, a tradição oral, o saber e a arte dos povos indígenas foram discriminados e excluídos da sala de aula. A função da escola era fazer com que estudantes indígenas desaprendessem suas culturas e deixassem de ser indivíduos indígenas. Historicamente, a escola pode ter sido o instrumento de execução de uma política que contribuiu para a extinção de mais de mil línguas.

A política educacional desenvolvida a partir dos anos 1960 reconhecia a importância do uso da língua materna para a alfabetização e a incorporava nas séries iniciais do ensino. Essa incorporação progressiva das línguas nativas no processo escolar e a contratação de indígenas como professores auxiliares, foi o que levou ao desenvolvimento do projeto da educação escolar diferenciada, sendo ela bilíngue e intercultural, visando a valorização das línguas e culturas indígenas e a manutenção de suas diferenças étnicas. Nessa escola diferenciada cada comunidade indígena tinha garantida a liberdade de definir seus projetos pedagógicos e curriculares, tendo que ser reconhecidos pelo Ministério da Educação.

Esses princípios foram finalmente olhados pelo Ministério da Educação e constam num documento oficial com o título de "Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena", sendo formulado no ano de 1992, por força de um decreto presidencial de 1990 que transferiu mais uma vez na história o dever de garantir a escolarização indígena,

dessa vez da FUNAI para o MEC. Busca-se com isso um ganho no aspecto legitimador das eventuais ações que pode-se vim a ser tomadas na procura de colocar em prática uma política nacional de Educação Escolar Indígena, poder nunca conquistado pela FUNAI; O ponto negativo se dá pela entrega do poder de gerenciamento dessas políticas nas mãos dos municípios e estados onde recebem as verbas necessárias para que cada um desenvolva seus próprios projetos de governo, sendo o problema que a maioria dos municípios são absolutamente contra os indígenas e os técnicos responsáveis por esta nova atribuição não estavam preparados para tal função, simplesmente não conheciam os índios, nunca haviam estado nas aldeias e tiveram este acréscimo de trabalho sem nenhum acréscimo salarial ou qualquer reconhecimento até mesmo por parte dos índios, ou seja, fácil de ver que na prática esses projetos não se desenrolavam muito bem.

O novo modelo de Educação Escolar Indígena teve seu reconhecimento legal e jurídico assegurado a partir da Constituição de 1988, passando a se configurar uma política de estado, nascendo o que podemos chamar de educação diferenciada, tentando dar conta da particularidade indígena: nessa constituição os índios conquistaram sua parte no direito universal à educação escolar, ou seja, os índios como todo cidadão brasileiro, passam a ter direito à educação escolar e o Estado passa a ter a obrigação de oferecer esse ensino, inclusive com a atribuição de competências e o reconhecimento de uma categoria especial no sistema de ensino, devendo assegurar a inclusão da língua, da cultura e dos saberes indígenas no projeto curricular dessas escolas e o respeito à particularidade étnica e cultural dessas populações, reunindo professores e alunos da mesma etnia em seu projeto, execução e gestão, levando a escola indígena a ser definida como diferenciada, específica, bilíngue e intercultural.

A escola, neste processo, deixou de ser instrumento de imposição e assimilação, para se tornar instrumento de afirmação de identidades diferenciadas. Para tanto, postula-se que ela deve ser específica e diferenciada, intercultural e bilíngue. Atualmente, esse modelo alternativo foi encampado pelo Estado, e assim tornou-se oficial. Passou de local a nacional, de informal a formal, de algo reivindicado a algo a ser oferecido pelo Estado. Ao tornar-se oficial está virando outra coisa: está se tornando política pública, a ser desenvolvida por técnicos governamentais e contando com recursos oficiais (GRUPIONI, 1997, p. 184).

No ano de 1998 o MEC acabou por realizar o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, neste período a visão deles divulgada foi a de que a nova política educacional para os povos indígenas representou um avanço do ponto de vista legal, onde permitiu a criação e autogestão de projetos pelos próprios índios e uma oportunidade grande de se realizar as transformações necessárias na educação escolar indígena que se pautava

anteriormente pelos princípios da integração, do monoculturalismo, domesticação dos grupos e da subserviência do professor indígena; professor que no ano seguinte, 1999, com a Resolução nº 03/99 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), determinou que eles, professores das escolas indígenas, fossem prioritariamente indígenas membros de suas próprias comunidades.

Atualmente com o Plano Nacional de Educação, tem-se os objetivos de universalização da oferta de programas educacionais aos povos indígenas para todas as séries do ensino fundamental, assegurando autonomia para as escolas indígenas, tanto no que se refere ao projeto pedagógico quanto ao uso dos recursos financeiros, e garantindo a participação das comunidades indígenas nas decisões relativas ao funcionamento dessas escolas. O Plano Nacional de Educação ainda prevê a criação de programas específicos para atender às escolas indígenas, estabelece-se que a União em colaboração com os Estados devem equipar as escolas indígenas com equipamento didático-pedagógico básico, incluindo bibliotecas, videotecas e outros materiais. O PNE assume como uma das metas a ser atingida, a questão da profissionalização e o reconhecimento público do magistério indígena, criando a categoria de professores indígenas como carreira específica do magistério e com a implementação de programas contínuos de formação sistemática do professorado indígena.

Vemos que a teoria está aos poucos se encaminhando para uma educação realmente diferenciada, agora vamos para a prática, grande parte das escolas indígenas hoje em nosso país têm como tarefa principal a transformação do ser em algo assim como um similar, que por definição, é algo sempre inferior ao original, quando se observa os currículos empregados nas escolas indígenas se percebe que estão radicalmente idênticos ao das escolas dos não-índios, ou seja, estes projetos tradicionais de Educação Escolar Indígena tem tratado as culturas dos povos nativos como um atraso a ser combatido pela piedosa atividade civilizatória. É nesse ponto que se firma mais ainda o desafio da educação escolar indígena de conseguir passar essa parte da teoria para a tão difícil prática, que acaba sendo o de oferecer um sistema de ensino de qualidade e diferenciado, buscando atender as especificidades de um povo diferente da sociedade nacional em geral, considerando que seus projetos de futuro não são os mesmos que os nossos e cabendo a ela não reduzir a questão ao atendimento por meio dos programas de inclusão social e dos anseios individuais de alguns dos estudantes indígenas.

3 RELATO DO ESTÁGIO

3.1 O Estágio

O Estágio supervisionado III é o penúltimo componente curricular de estágio obrigatório no curso de Educação Física e acontece com foco nas outras modalidades de ensino como por exemplo: a EJA, a educação de campo, educação indígena e educação quilombola. Esse estágio tem como objetivo promover uma nova vivência para o aluno estagiário, buscando e facilitando o desenvolvimento integral dele como futuro professor, como também contribuir para a formação do mesmo e oferecer campos de estágio para alunos da UEPB.

A modalidade escolhida para a prática vivenciada no estágio foi a educação indígena, visto pela importância, lutas e conquistas dessa educação e desse povo onde sempre buscaram uma educação diferenciada e adequada para eles durante toda a história do nosso país. O estágio teve início no dia 13 de março de 2018, todas as terças, no turno da tarde, onde no início foi debatido entre os estagiários e a professora orientadora o planejamento das aulas, e para sermos orientados a como seria o projeto de intervenção, como se daria o reconhecimento do espaço físico e dos materiais da escola, ou seja, a caracterização escolar.

O trabalho teve como grande objetivo abordar o conteúdo esportes dentro da escola de uma forma que fizesse com que os mesmos se sentissem atraídos a resgatar sua própria cultura e identidade, portanto todos os planos de aulas foram elaborados com base nesses componentes, trazendo o esporte não em uma forma de competição, mas sim buscando uma socialização através dele.

Usamos a abordagem crítico superadora em conjunto com o método de perguntas operacionalizadas, com o intuito de transformar alunos críticos e buscar deles mesmos questionamentos e novas formas de jogar ou vivenciar cada esporte abordado nas aulas.

3.2 Caracterização escolar e primeiro contato

No dia 03 de abril de 2018, fomos fazer a primeira visita à Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Akajutibiró, com o intuito de realizar o reconhecimento e a caracterização da escola onde seria desenvolvido o estágio supervisionado III, sobre a orientação da professora responsável pelo nosso grupo. O reconhecimento foi de grande importância para nos orientar e assim nos dá a capacidade de fazer um bom trabalho durante o período do estágio. A escola se encontra situada numa aldeia indígena, na cidade de Baía de

Traição – Paraíba, que está há 92 Km da Capital João Pessoa e há 160 Km de Campina Grande - PB.

Chegamos na escola na época de troca de diretores, mas tanto a antiga diretora como o professor que iria assumir o cargo se encontravam na escola e nos receberam muito bem, nos passando todas as informações necessárias, e nos mostrando a escola em geral, como o espaço físico, estrutura e também apresentando-nos para os professores e os alunos presentes no dia. A escola foi inaugurada em 2011 e funciona nos três períodos: manhã, tarde e noite, contém um total de 15 turmas, que vai da Educação infantil até a EJA, atendendo assim um total de 294 alunos, onde 3 desses alunos são portadores de necessidades especiais.

A escola dispõe de salas de aulas amplas com mesas e cadeiras, lousas e ainda preserva os quadros negros, diretoria, secretária, biblioteca, refeitório, conta com dois banheiros, sendo um feminino e um masculino, todos possuindo boxes com vasos sanitários para pessoas com necessidades especiais, como também uma cozinha que aparentemente contém todo o maquinário para um bom funcionamento e atendimento aos alunos, como pratos, talheres, freezer, geladeira, fogão, os mais variados tipos de panelas e dispensa para guardar os alimentos. Na escola indígena Akajutibiró consegue-se notar que existe toda uma preocupação de ser mantida e resgatada a cultura indígena, sendo realizadas semanas de cultura indígena, dia do índio, outros eventos sobre o tema e até possui uma sala de aula chamada de “oca” por conta dos seus detalhes arquitetônicos, pois tem o formato de círculo e realmente lembra uma oca indígena, apesar de ser feita de tijolos, sala essa usada para os professores ministrarem as aulas do 3º ano do ensino médio.

O único problema de espaço perceptível foram as minúsculas salas e até espaços improvisados que são usadas para guardar os materiais como instrumentos musicais, aparelhos esportivos, tais como bolas de várias modalidades esportivas, cones, cordas, vestes para prática de capoeira e também se encontra guardados os equipamentos para desenvolver atividades de robótica, ao qual a escola recebeu, mas não possui uma sala disponível para começar e realizar esse projeto; Não possui quadra esportiva, sendo as aulas práticas de Educação Física ministradas as vezes na beira da praia, que é próxima a escola e quando perguntados sobre essas aulas, os alunos relataram que poucos deles participavam e muitos nem iam para a aula.

A escola conta com professor e aulas da língua local que é o Tupi, ou seja, a escola tem educação bilíngue, sendo que em um comentário da até então diretora ela demonstrou que alguns alunos estavam insatisfeitos com essas aulas da língua indígena local pelo fato de lá na

frente da sua vida de estudante eles não precisarem dela, como por exemplo no Enem, pois não ia oferecer nenhuma ajuda a eles na prova e até mesmo em seu futuro profissional.

No final do encontro aproveitamos um momento de comemoração da Páscoa que a escola estava organizando, onde se encontravam presentes todos os professores e alunos no refeitório, para falar e reafirmar nossos compromissos com o estágio e com eles, nos apresentando e questionando a eles sobre o que queriam das nossas aulas, o que queriam que nós abordassem nas aulas, e ficamos surpresos quando questionados sobre os jogos indígenas e quase nenhum aluno ou professor sabia explicar ou dizer apenas um jogo; Para finalizar realizamos uma dinâmica recreativa para que nos entrosar e para que eles com a participação pudessem reafirmar o que esperavam das próximas aulas que viriam.

Enfim presenciemos três curiosidades presentes na escola, a primeira sobre os jogos indígenas já relatado, onde os alunos demonstraram não conhecer, segunda curiosidade foi o fato de que a média de alunos até o segundo ano do ensino médio é de 20 alunos por turma, mas quando chegamos na “oca”, sala do terceiro ano médio, só haviam 6 alunos matriculados e a terceira é que a escola se encontra na aldeia Akajutibiró, mas a maioria dos alunos matriculados são de outras aldeias vizinhas, pois os alunos da própria aldeia preferem estudar em escolas da cidade ou de outras comunidades, tanto a diretora como os professores não souberam explicar o porquê e o motivo da ocorrência dessas duas últimas curiosidades.

3.3 Aulas ministradas

Aula 1:

Tema: Badminton.

Objetivo da aula: Mostrar que o esporte é de origem indígena, trabalhar e colocar em prática às potencialidades, responsabilidades e orientando na confecção de suas petecas, para usarem no dia a dia e como forma de lazer. Realizar atividades lúdicas para o conhecimento dos fundamentos básicos do Badminton; Conhecimento e adaptação a peteca. Com o intuito que os alunos se familiarizem com a prática do badminton.

Conteúdos: Conhecimento sobre a história, regras e os fundamentos básicos do esporte; Fabricação das petecas; Adaptação a peteca e ao jogo.

Considerações finais da aula: Alcançamos nosso objetivo e até superou nossas expectativas, onde todos os alunos prestaram atenção a aula, todos participaram seja com dúvidas, sugestões, como também na elaboração das petecas e no jogo do badminton. Com isso a aula pode fluir de maneira natural, propositiva e positiva. Destaque positivo para a coincidência da data da nossa aula com a semana cultural indígena realizada pela a escola, onde nessa semana os alunos também participam de oficinas de artes voltadas para sua cultura.

AULA 2:

Tema: Peteca; Cabo de guerra.

Objetivo da aula: Ressaltar a importância da Cultura Indígena nas aulas de Educação Física; trabalhar suas práticas corporais que são desenvolvidas no ato do brincar e jogar.

Conteúdos: Conhecimento sobre fundamentos, regras e história do jogo da peteca e do cabo de guerra; Distinção entre quais são brincadeiras e jogos; colocar em prática toda teoria sobre os jogos e brincadeiras trabalhados.

Considerações finais da aula: A aula ficou apenas no planejamento por motivos de protestos no Brasil, o que impossibilitou nossa ida para a escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira questão levantada no início deste trabalho foi se existia por parte dos alunos alguma resistência deles as aulas de Educação Física, onde questionados sobre isso relataram em grande maioria não participar das aulas, começando assim nosso primeiro desafio, que era o de despertar neles essa vontade de presenciar as nossas aulas; onde acabamos usando nelas elementos que os mesmos pediram, que no caso foi o esporte.

A experiência deste estágio supervisionado III fortaleceu meus conhecimentos sobre uma cultura diferente da minha, as discussões e encaminhamentos pedagógicos discutidos no componente curricular esportes, sob a perspectiva de que o ensino deles nas aulas de Educação Física, não se restringe apenas na prática e na repetição de movimentos prontos. Foram vivenciados toda sua história e origem, buscando construir questionamentos, compreensões e vivências a partir dos próprios alunos, ou seja, suas inquietações e descobertas. Encerro esse estágio tendo a certeza que o esporte através das práticas realizadas consegue socializar, educar e formar pessoas, facilitando assim o processo de ensino e aprendizagem na sala de aula e na vida social do aluno. Outro ponto a destacar nesta experiência descrita, foi à aproximação necessária e urgente do professor de Educação Física com a BNCC(2017) e com os documentos que tratam de outras modalidades de ensino, precisando saber como se dá o funcionamento de toda a escola em si, cabendo a nós estudar e compreender o que está no documento e como se dá através das práticas, tratando das diferentes realidades, como também reconhecendo às diretrizes nacionais e como se traduzem nas diferentes esferas.

Tivemos como pontos negativos a questão da escola ser em outro município e por isso precisarmos do transporte da própria universidade para se deslocar até lá, com isso não tivemos a oportunidade de ministrar um número maior de aulas; como também o fato do grupo não ter se unido verdadeiramente tanto no quesito de planejar como no de ministrar as aulas, dificultando assim ainda mais o desenvolvimento desses dois quesitos.

Conclui-se que mesmo com algumas dificuldades já citadas, contribuímos nesse estágio de uma forma positiva, ensinando valores sociais como o respeito, disciplina, estudo, diálogo, compartilhamento e ajuda, além do mais deixando para eles um pouco da importância da cultura deles para o mundo, buscando uma valorização deles mesmo a cultura da sua origem, todos esses valores puderam ampliar os conhecimentos das crianças e adolescentes não só focando nos esportes em si, mas que eles entendessem que trazendo esses

valores para o dia a dia seria possível contemplar uma socialização e formar cidadãos, como também a valorização de sua cultura e conhecimento de novos saberes.

REFERÊNCIAS

A Cidade - Terras Indígenas. Disponível em:

<<http://www.baiadataraicao.pb.gov.br/cidade?id=8>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

ANDRADE, A. M. **O Estágio Supervisionado e a Práxis Docente**. In: SILVA, M. L. S. F. (Org.). **Estágio Curricular: Contribuições para o Redimensionamento de sua Prática**. Natal: EdUFRN, 2005. Disponível em: <www.educ.ufrn.br/arnon/estagio.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

Baía da Traição. Disponível em: <http://www.baiadataraicao.pb.gov.br/cidade?id=6>. Acesso em 16 mar. 2018.

BARCELLOS, Lusival Antônio. **O Ressurgir dos Potiguaras**. (UFRN). Disponível: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0638.pdf>>. Acesso: 14 abr. 2018.

BRASIL, MEC. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. 1994.

COHN, Clarice. **Educação escolar indígena: para uma discussão de cultura, criança e cidadania ativa**. Florianópolis, v.23, n.02, p. 485-515, 2005.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Trajatória de muitas perdas e poucos ganhos**. In: Educação Escolar Indígena em Terra Brasilis - tempo de novo descobrimento. Rio de Janeiro: Ibase, 2004. p. 11-31.

FUNAI. Disponível em:<<http://www.funai.gov.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

FUNASA. Disponível em:< <http://www.funasa.gov.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

GONZÁLEZ, Everaldo Tadeu Quilici; LIMA, Gisele Laus da Silva Pereira. **“Guerra Justa”:** **A pretensão civilizatória e os direitos humanos na ocupação da América Latina**. In: XXI Encontro Nacional do COMPEDI/UFU. Uberlândia: 2012, p.1-15. Disponível:<<http://www.publicadiretio.com.br/artigos/?cod=70feb62b69f16e02>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

GRUPIONI, L.D.B. **De alternativo a oficial: sobre a (im)possibilidade da educação escolar indígena no Brasil**. In: D’ANGELIS, W.; VEIGA, J. Leitura e escrita em escolas indígenas. Campinas: ALB/Mercado das Letras, 1997

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da "proteção fraternal" no Brasil. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero: Ed. UFRJ, 1987. p. 149-204.

MONTE, Nietta L. **Os outros, quem somos? Formação de professores indígenas e identidades interculturais.** Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n.111, dez. 2000b.

MOONEN, Frans. **Os índios Potiguara da Paraíba.** 2.ed. Recife: 2008.

NASCIMENTO e BARCELLOS. **O povo Potiguara no processo de emergência étnica e luta pela etnicidade,** 2011.

OLIVEIRA, J. P. Muitas terras, pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e a atualização do preconceito, In: A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/Mari/Unesco, p. 61-81, 1995.

PASSERINI, Gislaine Alexandre. **O estágio supervisionado na formação inicial de professores de matemática na ótica de estudantes do curso de licenciatura em matemática da UEL.** 121f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina: UEL, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio: diferentes concepções. In: Estágio e Docência. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 33 – 57.

O SPI na Amazônia: Política indigenista e conflitos regionais, 1910-1932. Rio de Janeiro: Museu do Índio/Funai, 2007.

Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Disponível em:<
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb014_99.pdf>. Acesso em 22 mar. 2018.

RIBEIRO, Berta Gleizer. **O índio na história do Brasil.** 10.ed. São Paulo: Global Editora, 2001.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002

TRACZ, M.; DIAS, A. N. **A. Estágio Supervisionado: um estudo sobre a relação do estágio e o meio produtivo.** 2006.

APÊNDICES



Primeiro encontro;



Sala de aula chamada de “oca”;



Confecção das petecas;



Final da aula (oficina das petecas).